

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 337**

Período: 27/06/2009 a 03/07/2009

GEDES – Brasil

- 1- Buscas por corpos de guerrilheiros desaparecidos na Guerrilha do Araguaia se iniciam em julho
- 2- Investigações sobre acidente com o vôo 447 geram controvérsias entre Aeronáutica brasileira e Escritório Francês de Investigação e Análise
- 3- Evento discute tema da justiça em países em transição para regimes democráticos
- 4- Marinha e Aeronáutica buscam por navegador argentino desaparecido na costa do Rio Grande do Sul

1- Buscas por corpos de guerrilheiros desaparecidos na Guerrilha do Araguaia se iniciam em julho

O jornal *Folha de S. Paulo* divulgou que, acatando a decisão da Advocacia Geral da União (AGU), o ministro da Defesa, Nelson Jobim, irá iniciar uma nova operação de busca por corpos de guerrilheiros desaparecidos na Guerrilha do Araguaia (1972-1975). Jobim obteve o aval para comandar as buscas depois de uma reunião ocorrida no dia 29/06/09 com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, convocada por Paulo Vannuchi, ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que tinha a intenção de impedir a atuação da comissão de buscas criada pelo Ministério da Defesa. No entanto, Jobim conseguiu a aprovação de Lula, em meio às críticas de Vannuchi, o qual afirmou que não desejava a participação de militares no grupo de trabalho. Já o ministro da Defesa apontou como essencial a participação dos mesmos, alegando que são eles que farão com que os peritos executem o trabalho com objetividade e que apoiarão o grupo logisticamente. Respondendo a Vannuchi, Jobim afirmou que os militares não se envolverão na procura de ossadas e não interferirão no processo de busca. Quatro locais prioritários guiarão as buscas, que contarão com a participação de peritos civis e logística militar, apoiadas pela Força Aérea e pelo Exército. Entretanto, um soldado que atuou na repressão à guerrilha, Raimundo Pereira de Melo, questionou tal operação. Em 2004 ele havia indicado onde estariam enterrados dois guerrilheiros, porém, de forma deliberada, as buscas ocorreram em áreas diferentes das que apontara. Melo afirmou: "Eu mostrei para o pessoal da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério da Justiça os pontos exatos das valas onde estavam os corpos dos guerrilheiros, uma ao lado da outra. As buscas aconteceram a 5 m dali". Buscando melhores informações para a realização da operação, o coronel da reserva do Exército, Sebastião Rodrigues de Moura, que recentemente divulgou seu arquivo pessoal com informações referentes à guerrilha, foi convidado por Jobim a ser ouvido em juízo e, assim, fornecer possíveis novas informações para a investigação, pois seu arquivo de documentos pode conter dados sobre a execução de pelo menos 41 guerrilheiros presos na época. O coronel afirmou ao jornal *O Estado de S. Paulo* que obteve

“ordens de cima” para evitar que restasse qualquer resquício dessa operação, não informou onde as vítimas foram enterradas e se recusa a revelar o nome do oficial superior que teria mandado os militares executarem guerrilheiros desarmados e prisioneiros. Dois militares que participaram do conflito foram entrevistados pela *Folha de S. Paulo* no dia 27/06/09 e falaram sobre as operações. De acordo com o coronel da reserva Gilberto Airtton Zenkner, coordenador do plano de infiltração “Operação Sucuri”, e o coronel reformado Lício Augusto Ribeiro Maciel, não houve um mandato de execução dos guerrilheiros presos. Ribeiro Maciel disse que no dia 07/10/1973 foi designado para prender os combatentes, independente de estarem vivos ou mortos. Com isso, o embate entre militares e guerrilheiros ocorreu através de confrontos armados, com trocas de tiros e mortes nos duelos. Ribeiro Maciel não soube dizer se há algum documento que relate esses fatos. Airtton Zenkner, por sua vez, afirmou que não sabe onde foram enterradas as pessoas assassinadas e rebateu as declarações de Rodrigues de Moura, afirmando que nunca teve informações sobre ordem para matar prisioneiros. Segundo a *Folha de S. Paulo* de 03/07/09, os trabalhos para localizar os corpos de guerrilheiros do Araguaia terão início na segunda semana do mês de julho e o primeiro local a ser averiguado será o município de Xambioá, na região norte do estado do Tocantins. De acordo com o planejamento, 33 membros civis e militares chegarão em breve a Marabá, município do sul do estado do Pará, local da sede da 23ª Brigada de Infantaria de Selva do Exército e também base da missão, para tratarem dos detalhes finais dos trabalhos. O planejamento realizado pelo Exército prevê quatro investidas em regiões do sudeste do estado do Pará, sul do Maranhão e norte do Tocantins, estendendo a busca até o mês de outubro, quando se inicia o período das chuvas e os trabalhos poderão ser paralisadas. A comissão responsável pelas buscas decidiu restringi-las aos pontos mapeados por antigas expedições e, portanto, serão desconsideradas informações de historiadores, jornalistas, ex-militares e camponeses que nos últimos anos relataram ao Ministério Público Federal e à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que têm conhecimento sobre o local onde os guerrilheiros mortos foram enterrados. (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/06/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 28/06/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 30/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/07/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 03/07/09).

2- Investigações sobre acidente com o voo 447 geram controvérsias entre Aeronáutica brasileira e Escritório Francês de Investigação e Análise

Conforme publicado nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os comandantes da Marinha e Força Aérea Brasileira (FAB) anunciaram no dia 26/06/09 o término das buscas por vítimas do acidente com o voo 447 da Air France. Segundo os comandantes, tal decisão resulta da “impossibilidade técnica” de se encontrar mais corpos e do fato de que não foram encontrados corpos ou despojos do acidente em um período de nove dias consecutivos. A operação durou 26 dias e mobilizou 1.344 homens da Marinha e 268 da FAB. Os militares realizaram as buscas em uma área de 350 mil km² e, das 228 vítimas, 51 tiveram os corpos resgatados. As autoridades francesas, responsáveis pela investigação das causas do acidente, continuam as buscas pela caixa-preta do avião, utilizando

navios e um submarino. De acordo com os jornais, a divulgação do primeiro relatório sobre o acidente não trouxe muitas informações quanto suas possíveis causas, contudo, sobraram críticas em relação ao que foi classificado como “demora” do centro de controle de vôo brasileiro em perceber o desaparecimento da aeronave, o que teria provocado atraso de “uma ou duas horas” para o início das buscas. Segundo o Escritório Francês de Investigação e Análise (BEA), os controladores de vôo brasileiros não teriam transferido o monitoramento do Airbus para as autoridades senegalesas, que assumiriam seu trabalho a partir do ponto virtual Tasil, no Oceano Atlântico. Porém, a BEA evitou culpar qualquer uma das partes envolvidas. Em contrapartida, a Aeronáutica afirmou em nota que não tomou providências para o início das buscas porque não havia sido informada do desaparecimento da aeronave por Dacar, responsável pelo monitoramento do espaço aéreo senegalês, ou pela empresa francesa Air France, que teria recebido 20 mensagens de erro emitidas pelo sistema automático do Airbus antes da aeronave desaparecer. De acordo com a nota, cabia a Dacar comunicar que o avião não havia entrado em seu espaço aéreo. Oficiais da Aeronáutica e autoridades do ministério da Defesa ficaram preocupados com a possibilidade das autoridades francesas tentarem defender a Air France e a Airbus, tentando dividir as responsabilidades. Para os brasileiros, a responsabilidade seria do controle aéreo de Dacar, por omitir a falta de contato com o vôo, e da Air France, por ignorar as mensagens de erro no funcionamento de sua aeronave. Para confirmar estas informações, a FAB divulgou uma conversa de 20 segundos que comprovaria a transferência do controle aéreo brasileiro para o do Senegal. Contudo, os peritos franceses afirmam que os diálogos são apenas uma transmissão de informações básicas aos controladores de Dacar e que seria responsabilidade dos brasileiros entrarem novamente em contato com os senegaleses, uma vez que não notaram a presença da aeronave. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 27/06/09; Folha de S. Paulo – Cotidiano- 02/07/09; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 03/07/09; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 27/06/09; Estado de S. Paulo – Metrópole – 03/07/09).

3- Evento discute tema da justiça em países em transição para regimes democráticos

Conforme divulgado pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, no dia 29/06/09 ocorreu em São Palo um encontro que reuniu procuradores da República, representantes do governo, juízes federais e representantes de entidades de defesa dos direitos humanos no qual discutiram-se a chamada “justiça de transição” - aquela que se pratica em países que saíram de ditaduras para regimes democráticos - e as possibilidades jurídicas de se fazer justiça às famílias de vítimas do regime militar brasileiro (1964-1985). Participaram do evento o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi, o presidente da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Marco Antônio Rodrigues Barbosa, o jurista Dalmo de Abreu Dallari e o vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o deputado federal Pedro Wilson (Partido dos Trabalhadores). De acordo com as organizadoras do evento, as procuradoras da República Inês Virginia Prado Soares e Sandra Akemi

Shimada Kishi e a cientista política Glenda Mezarobba, o país avançou no que concerne à reparação às vítimas por meio de indenizações, porém ainda é necessário buscar os responsáveis pelas possíveis violações dos direitos humanos ocorridas no período. Durante o encontro, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, sofreu pesadas críticas com relação à forma como está conduzindo a comissão que irá realizar as buscas de corpos desaparecidos durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1975) e principalmente por deixar de fora as famílias das vítimas, o Ministério Público Federal e a Ordem dos Advogados do Brasil. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/06/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 30/06/09).

4- Marinha e Aeronáutica buscam por navegador argentino desaparecido na costa do estado brasileiro do Rio Grande do Sul

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, as buscas pelo velejador argentino Alberto Canessa, desaparecido desde o dia 30/06/09 na costa do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, ainda não tiveram sucesso, conforme informações do serviço de Comunicação Social do Comando do 5º Distrito Naval. A operação está sendo realizada por duas embarcações da Marinha e dois aviões da Aeronáutica. De acordo com a Marinha, um navio de bandeira panamenha recebeu um pedido de socorro, mas foi impossibilitado de resgatar o navegador que se encontrava em um bote salva-vidas por causa das condições meteorológicas registradas no momento. A partir deste fato, as buscas passaram a ser comandadas pelo Serviço de Salvamento e Resgate - Salvamar Sul. (Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 03/07/09).

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestre em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Pedro Henrique Martins (Redator,

graduando em Relações Internacionais); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).